

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.561.610/0001-31

Relatório de Administração

3. Principais fatos do negócio: Até 2014, serão investidos aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais (moeda constante) em obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto, incluindo reformas do Terminal 1 (TP1) e Terminal 2 (TP2), ampliação do número de vagas dos estacionamentos existentes, reforma e construção de novos banheiros, nova sinalização, investimento em novos equipamentos de segurança, além de ter como principal destaque o início das obras de construção do novo terminal de passageiros (TP3), que terá capacidade para atender cerca de 12 milhões de pessoas por ano e o novo edifício-garagem com capacidade aproximada para 2.600 veículos. Vale ressaltar que até 2032, serão investidos, no total, aproximadamente R\$ 5 bilhões de reais (moeda constante) no maior aeroporto da América Latina. Em 2012, foi criada a empresa GRU Airport – Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. que nasceu com os conceitos de movimento e inovação presentes em sua essência. Esta marca simboliza o comprometimento de todos os funcionários e acionistas envolvidos nessa nova fase do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, com o objetivo de torná-lo um aeroporto mais seguro, moderno e mais confortável para todos. Neste contexto, administrar o maior aeroporto da América Latina é um enorme desafio. A solidez, a capacidade de visão de longo prazo e o compromisso com a geração sustentável de valor, presentes na filosofia deste novo negócio, garantem as melhores condições e esforços para que o Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

4. Constituição da Companhia: O Governo Federal, por meio da Agência Nacional de

Aviação Civil – ANAC, realizou o Leilão nº 02/2011 e selecionou as melhores propostas para a celebração do contrato de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. A proposta vencedora foi a apresentada pela Investimentos em Participações e Infraestrutura S.A. – Invepar em parceria com a ACSA – Airports Company South Africa. Em 23 de maio de 2012, ambas celebraram um acordo de acionistas, conforme definido no Leilão, que rege a estrutura de administração e de governança corporativa, assim como a relação societária entre os acionistas da Concessionária. Com a assinatura do Contrato de Concessão, em 14 de junho de 2012, e a posterior emissão do Orden de Serviço (OS), ocorrida em 11 de julho de 2012, teve início a eficácia do Contrato de Concessão com termo inicial previsto para 11 de julho de 2012, ou seja, com prazo total de 20 anos. Este prazo pode ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, uma única vez, para fins de reposição do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Contrato de Concessão da Concessionária. Após 90 (noventa) dias da data de eficácia, ou seja, da emissão da Ordem de Serviço (OS) GRU Airport apresentou o Plano de Gestão da Infraestrutura – PGI, que é parte integrante do Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, no qual assegura à ANAC e às demais partes interessadas a existência de um planejamento adequado e se compromete a implementar as ações correspondentes e demais regras contratuais estabelecidas no Contrato de Concessão. Destaca-se que o Contrato de Concessão foi dividido em Fase 1-A, contendo o Estágio 1, que consistia na apresentação do Plano de Transferência Operacional – PTO à ANAC, e os Estágios 2 e 3, que detalharam a transferência operacional da gestão do aeroporto

da Invepar para o GRU Airport. Além da Fase 1-A, o Contrato também possui as Fases 1-B e Fase 1-C, que orientam as etapas de ampliação e adequação da infraestrutura do aeroporto, e, por último, a Fase 2 prevista para iniciar-se em 15 de maio de 2016, que obrigará o GRU Airport a cumprir integralmente os níveis de serviço previstos no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA até o término do contrato. A Concessionária assumiu a administração e operação do aeroporto em 15 de novembro de 2012, passando, a partir dessa data, a ser responsável pelas receitas e despesas do Aeroporto Internacional de Guarulhos/São Paulo. Até 31 de dezembro de 2012, havia 459 funcionários e 1.083 colaboradores cedidos pela Invepar. Destaca-se que, em razão da fase de transição prevista no Contrato de Concessão, a Concessionária continuou com suas atividades assistidas pela Invepar até 14 de fevereiro de 2013. Este corte histórico de resultados representa os números de receitas e despesas gerados conforme evidenciados em nossas Demonstrações Financeiras. A partir do dia 15 de fevereiro de 2013, a Concessionária assumiu, de forma definitiva, a gestão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Portanto, este primeiro relatório representa um breve período de gestão, mas que nasce com a preocupação de comunicar, com total transparência, todos os principais fatos que interessam aos nossos acionistas, funcionários e a todos os demais públicos do GRU Airport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

5. Agradecimentos: Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela constituição de desempenho da Companhia.

A Administração

Demonstrações do Resultado Abrangente – Período de 25 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Controladora	Consolidado	
Prejuízo do período	(12.929)	(18.598)	
Resultado abrangente no patrimônio líquido	–	–	
Total do resultado abrangente	(12.929)	(18.598)	
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	–	(12.929)	
Participação dos não controladores	–	(5.669)	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Período de 25 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Controladora	Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.929)	(24.495)	
Ajustes para reconhecer o lucro líquido	–	–	
Depreciações e amortizações	–	47.868	
Resultados de equivalência patrimonial	5.900	603	
Margem de construção	–	(16.773)	
Outorga variável	(7.029)	22.157	
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	–	(133.635)	
Estoques	–	(41)	
Adiantamentos	–	(6.891)	
Impostos a recuperar	–	(726)	
Fornecedores	–	127.850	
Partes relacionadas	–	29.298	
Obrigações com empregados e administradores	–	13.663	
Outras obrigações e contas a pagar	–	36.688	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas ativ. operacionais	(7.029)	100.882	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimento	(180.199)	–	
Aquisição de intangível	–	(583.928)	
Aquisição de imobilizado	–	(14.740)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(180.199)	(598.666)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de acionistas	187.231	360.364	
Captação de empréstimos	–	450.000	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	187.231	810.364	
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3	312.578	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	–	–	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	–	312.578	
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3	312.578	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

Demonstrações de Valor Adicionado – Período de 25 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	Controladora	Consolidado	
Recargas			
Prestação de serviços	–	748.908	
Recarga de construção	–	597.135	
Insumos adquiridos de terceiros	(7.038)	(665.121)	
Custos dos serviços prestados	(7.038)	(37.872)	
Custo de construção	–	(580.362)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	(46.947)	
Valor adicionado bruto	(7.038)	80.917	
Retenções			
Depreciação e amortização	–	(47.868)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	–	33.049	
Valor adicionado recebido em transferência	(5.891)	2.776	
Recargas financeiras	9	2.776	
Resultado de equivalência patrimonial	(5.900)	603	
Valor adicionado total a distribuir	(12.929)	35.825	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	(12.929)	35.825	
Impostos, taxas e contribuições	–	32.046	
Remuneração capital de terceiros	–	733	
Participação dos não controladores	–	(5.669)	
Prejuízo do período	(12.929)	(12.929)	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

à média que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

3. Contrato de concessão – O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a ser implementada nas seguintes fases: • FASE I-A – Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Invepar para a Concessionária; • FASE I-B – Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços; • FASE I-C – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA; • FASE II – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA. A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. terá como remuneração as recargas tarifárias, tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de arrendamento de capacidade, e de recargas não tarifárias inerentes à exploração dos serviços comerciais. A Concessionária se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$ 810.650 e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em R\$ (reais) resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária. A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contrato seja superior aos valores acima relacionados, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante. Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizado pelo poder público e a serem incorporados pela concessionária. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. A Concessionária e seu Acionista Privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	3	119.022
Certificados de Depósito Bancário CDB	–	72.991
Operações compromissadas	–	120.563
Caixa e equivalentes de caixa	3	312.578
O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 98,0% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.		
5. Contas a receber		
Consolidado		
Contas a receber tarifárias	–	–
Aerovias	–	63.144
Arrendamentos	–	9.565
	–	72.709
Contas a receber não tarifária	–	–
Cessão de espaço	–	60.926
Total contas a receber	–	133.635
Face ao início da operação da concessionária, 15 de novembro de 2012, o Grupo não apresentou títulos vencidos em 31 de dezembro de 2012. Não há expectativa de perda nos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2012.		
6. Impostos, taxas e contribuições		
a) Impostos a recuperar:		
Consolidado		
Imposto de renda e contribuição social	–	612
IRRF	–	114
	–	726
Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia. b) Imposto de renda e contribuição social diferido:		
Consolidado		
Prejuízo fiscal	–	–
Prejuízo fiscal antes do imposto de renda e contribuição social	–	(24.495)
Ativo (passivo) de imposto de renda e contribuição social	–	(349)
Imposto de renda e contribuição social às quotas da legislação	–	8.328
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes	–	(2.431)
Total dos impostos diferidos no resultado	–	5.897
d) Impostos a recolher (Consolidado):		
Imposto de renda e contribuição social	–	1.296
PS e COFINS	–	6.875
ISS	–	3.627
IRRF	–	846
INSS s/ terceiros	–	1.019
	–	13.619
<i>continua</i>		

Aos Senhores Acionistas: A Administração do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Grupar: Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR vendeu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited – ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção pacífica, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – “GRU” da qual o Consórcio INVEPAR – ACSA, através da Administração de Guarulhos Participações S.A. – “GRUPAR”, possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela Invepar, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos.

2. Conjuntura econômica: De acordo com a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), o número de passageiros de avião no Brasil aumentou de 48,4 milhões em 2002 para 113,4 milhões em 2012, um salto de aproximadamente 134% em apenas dez anos. Nas últimas previsões publicadas pela Airbus sobre o mercado global, o País aparece como o quarto maior mercado mundial de tráfego doméstico. Além disso, os mega eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – deverão elevar significativamente o fluxo de turistas para o País. Estudo da Fundação Getúlio Vargas prevê que somente a Copa deverá atrair 79% mais turistas estrangeiros aos aeroportos brasileiros.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais)			
	Controladora	Consolidado	
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	3	312.578	
Contas a receber (Nota 5)	–	133.635	
Estoques	–	41	
Impostos a recuperar (Nota 6)	–	726	
Adiantamentos a fornecedores	–	6.891	
	3	453.871	
Não circulante			
Investimentos diferidos ativos (Nota 6)	–	5.897	
Imobilizados (Nota 8)	174.299	14.602	
Intangíveis (Nota 10)	–	12.273.227	
	174.299	12.293.726	
Total do ativo	174.302	12.747.597	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais – Em fevereiro de 2012, a INVEPAR vendeu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited – ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção pacífica, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. – “GRU” da qual o Consórcio INVEPAR – ACSA, através da Administração de Guarulhos Participações S.A. – “GRUPAR”, possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela Invepar, conforme o edital da licitação. A concessão terá prazo de 20 anos. A Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“Companhia”) (“GRUPAR”), cuja sede está localizada na Rodovia Hélio Smidt, s/nº, s/nº, Rodovia Hélio Smidt, s/nº, Aeroporto Internacional de São Paulo, Guarulhos, SP, André Franco Montoro, Guarulhos em São Paulo, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objetivo exercer o controle de sociedade da concessionária de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo (“Concessionária”) (“GRU”), e do respectivo complexo aeroportuário; A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2013. **2. Políticas contábeis** – a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICP 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de *International Financial Reporting Standards – IFRS* seria por custo ou valor justo. b) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras da GRUPAR e sua controladora (conjuntamente, o Grupo) foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas demonstrações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. b) Demonstrações financeiras consolidadas: A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento dado de uma ativa intangível não mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.9. Intangível** – Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos do uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às operações de transferência de tecnologia classificadas como ativos intangíveis em atendimento ao CPC 01. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de uma ativa intangível são mensurados como a diferença entre o valor contábil e o reconhecido o montante na demonstração do resultado da controladora. **2.8. Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas

7. Partes relacionadas – As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam elas administradores e empregados, acionistas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorre para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas no exercício social em questão.

Parte relacionada	Nota de débito referente a serviços pagos pela parte		Repasso de receitas recebidas	Prestação de serviços de construção	Adiantamento para serviço de construção
	R\$	R\$			
Invepar	14.713	-	-	-	-
Infraero	-	24.806	-	-	-
Construtora OAS	-	-	354.686	-	-
Construtora OAS	-	-	-	-	104.459

A tabela abaixo apresenta os saldos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Resultado
Invepar	Nota de débito	Acionista direto	-	14.713	14.713
Infraero	Repasso de receita	Participante indireto	-	24.806	24.806
			39.519	-	39.519
Construtora OAS (*)	Adiantamento para serviços de construção	Participante indireto	93.375	-	-
Construtora OAS (*)	Prestação de serviços de construção	Participante indireto	-	71.745	-

(*) Os valores referentes à Construtora OAS estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. a) Sumário das transações entre partes relacionadas: A Concessionária possui valores a repassar de receitas pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 14 de novembro as quais foram recebidas pela Concessionária após 14 de novembro de 2012; e reembolso à INVEPAR referentes a gastos com prestações de serviços, funcionários, consultorias e honorários advocatícios diretamente relacionados à concessão incorridos em nome da Companhia. Em setembro de 2012 a Concessionária adiantou à Construtora OAS o montante de R\$104.459 referente aos serviços de mobilização para o projeto de construção modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$2.271.

8. Investimentos – a) Controladora: A participação em controlada, avaliada pelo método da equivalência patrimonial, foi apurada de acordo com o balanço patrimonial da referida investida em cada data-base.

Investida	Participação %	Quantid. de ações em 31/12/2012		Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2012
		Ordinárias	Integração		
GRU	51%	18.722.107	180.199	(5.900)	174.299

b) Informações sobre o investimentos da controladora:

Ativo	GRU 2012	
	2012	2012
Passivo	12.747.594	12.405.831
Patrimônio líquido	341.763	353.332
Capital social	(11.569)	(11.569)
Prejuízo do período		
A concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (GRU) é uma sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos		

12. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Circulante	Não circulante	2012
Banco Itaú BBA	Conta garantida	nov/12 a fev/13	CDI	2,43%	(247)	-	(247)
BNDES	Empréstimo Ponte	dez/12 a jan/15	TJLP	2,40%	(356)	(450.000)	(450.356)
Total					(603)	(450.000)	(450.603)

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

Ano	2012
2014	(432.000)
2015	(18.000)
	(450.000)

Garantias e cláusulas restritivas financeiras: Em 31 de dezembro de 2012: • R\$ 450.356 do saldo, oriundo da GRU, é garantido através de carta fiança, penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de

Participações S.A. com 51% e da Infraero com 49% foi constituída em 8 de maio de 2012. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsas de Valores e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Companhia tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco em 11 de julho de 2012 e o período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032. Prazo próximo 20 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. A expectativa é de se alcançar grandes avanços de qualidade dos serviços aeroportuários em linha com os melhores padrões de excelência dos principais aeroportos do mundo. O conceito de inovação está presente em todos os projetos de intervenção no empreendimento. **Terminal de passageiros:** O terminal de passageiros pode ser subdividido fisicamente em dois fluxos: embarque e desembarque. Guarulhos se apresenta como o hub internacional no Brasil, oferecendo a maior variedade de conexões para destinos fora do País. **Terminal de cargas:** O terminal de cargas pode ser dividido em terminal de importação, terminal de exportação e cargas nacionais. A Concessionária do Aeroporto de Guarulhos dispõe de um dos maiores terminais de logística da América do Sul.

9. Imobilizado (Consolidado)

Custo	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %		Saldo em 31/12/2012
	Adições		
Instalações	5%	56	56
Máquinas e equipamentos	20%	805	805
Móveis e utensílios	20%	630	630
Veículos	20%	2.313	2.313
Equipamentos de informática	20%	2.197	2.197
Edifício em formação		7.863	7.863
Importação de bens		876	876
Total		14.740	14.740
Depreciação acumulada			
Máquinas e equipamentos	(22)	(22)	(22)
Móveis e utensílios	(22)	(22)	(22)
Veículos	(11)	(11)	(11)
Equipamentos de informática	(83)	(83)	(83)
Total	(138)	(138)	(138)
Imobilizado líquido		14.602	14.602

10. Intangível (Consolidado)

Custo	Adições	Saldo em 2012
Software e sistemas	3.566	3.566
Investimento para concessão	495.235	495.235
Adiantamento a Fornecedores	101.900	101.900
Outorga fixa – concessão	11.720.256	11.720.256
Total	12.320.957	12.320.957
Amortização		
Software	(139)	(139)
Outorga	(47.591)	(47.591)
Total	(47.730)	(47.730)
Intangível líquido	12.273.227	12.273.227

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, durante o prazo de 20 anos, a Companhia, com a assinatura do contrato de concessão, se compromete a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012 pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC, a título de outorga fixa. Segundo orientações contidas nos itens 12(a) e 13 da OPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada à valor presente e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos a serem realizados. A capitalização será feita proporcionalmente à finalização de cada fase das imobilizações presentes.

11. Fornecedores (Consolidado) – Em 31 de dezembro de 2012 o passivo da Companhia com fornecedores totalizava R\$ 127.850, dos quais R\$ 71.745 representava obrigações com a Construtora OAS S.A., empresa responsável por construção, ampliação e reforma, dos terminais de passageiros, pátios, acessos, estacionamento, acessos viários e novas pistas.

ações dos acionistas, Invepar, ACSA, GRUPAR e Infraero. • R\$ 247 do saldo devedor, oriundo da GRU, não tem garantias por ser proveniente de operações de conta garantida sem aval.

13. Concessão de serviço público (Consolidado)

	2012
Outorga variável a pagar	14.954
Outorga fixa a pagar	880.301
Circulante	895.255
Outorga fixa a pagar	10.839.955
Não circulante	10.839.955

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

14. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 25 de abril de 2012 a INVEPAR subscreveu na GRU PAR, 9.000 ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 9, tendo integralizado 1.000 ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 1. Em 21 de maio de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 3.125.787.819 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, aumentando em R\$ 31.258. Em 18 de setembro de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 13.724.100 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, aumentando em R\$ 137.241. Em 25 de abril de 2012 a ACSA subscreveu na GRUPAR, 1.000 ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 1, tendo integralizado 1.000 ações ordinárias e nominativas, no valor total de R\$ 1. Em 21 de maio de 2012 a ACSA subscreveu e integralizou na GRUPAR 347.309.757 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na Concessionária, aumentando em R\$ 3.473. Em 18 de setembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 187.231, integralizados proporcionalmente a participação acionária abaixo mencionada. Em 31 de dezembro de 2012 o capital apresentava a seguinte composição:

	Capital integralizado	Ações ordinárias	%
	Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR	168.508	16.849.896
ACSA	18.723	1.982.210	10
Total	187.231	18.832.106	100

15. Receitas (Consolidado)

Receitas brutas tarifárias			
Receita de aeronave	51.931		
Receita de armazenagem e capatazia	35.975		
Receitas brutas não tarifária			
Cessão de espaço	60.996		
Deduções da receita bruta	(15.746)		
Receitas de serviços	133.156		
Receita de construção	597.135		
Receita líquida total	730.291		
16. Custos e despesas (Consolidado)			
Operacionais, gerais e administrativas	110.319		
Pessoal e encargos	13.937		
Depreciação e amortização	47.869		
Marketing e venda de serviços	4.342		
Custo de construção	580.362		
Total	756.829		
Custo de serviços	92.303		
Custo de construção	580.362		
Despesas gerais e administrativas	84.164		
	756.829		

17. Resultado financeiro (Consolidado) – Receitas financeiras

Juros sobre aplicações financeiras	2.752		
Outras receitas	24		
Total de receitas financeiras	2.776		
Despesas financeiras			
Comissões e despesas bancárias	(595)		
Outros	(138)		
Total de despesas financeiras	(733)		
Total de resultado financeiro	2.043		

18. Seguros – Em 31 de dezembro de 2012, a controlada GRU mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia e garantia de obrigações públicas.

Modalidade	Limite máximo indenização	Início	Vigência de fim	Seguradora	
Responsabilidade civil	50.000	22/08/2012	30/09/2016	ACE Seguradora S.A.	
Riscos Operacionais	700.000	24/05/2012	24/05/2014	Itaú Seguros S.A.	
Responsabilidade civil de proprietários e operadoras de aeroportos	500.000*	24/05/2012	24/05/2013	Itaú Seguros S.A.	
Garantias de Obrigações Públicas	884.853	17/05/2012	04/06/2013	Itaú Seguros S.A.	
Riscos de engenharia, obras civis em construção/ instalação/ montagem	1.170.000	28/09/2012	30/06/2016	ZURICH Seguradora S.A.	
* Em milhares de dólares					

19. Instrumentos financeiros – Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

	Instrumentos financeiros		2012
	Valor justo	Custo amortizado	
Ativos			Total
Caixa e equivalentes de caixa	312.578	-	312.578
Valores a receber	-	133.635	133.635
Total do ativo	312.578	133.635	446.213

	Passivos		2012
	Valor justo	Custo amortizado	
Ativos			Total
Caixa e equivalentes de caixa	312.578	-	312.578
Valores a receber	-	133.635	133.635
Total do ativo	312.578	133.635	446.213

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos valores de mercado (valor justo). As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado: Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e derivativos: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. • Contas a receber: O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo Grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito estendido. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. b) Exposição a riscos de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. c) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. d) Risco de taxa de câmbio: O resultado da Companhia poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função da receita não tarifária oriunda do Dufry do Brasil, lojas francas, que tem parte da sua receita em moeda estrangeira. A mesma firmou contrato com a Concessionária com cláusula de arrecadação variável sobre o total das vendas. e) Operação de derivativos: A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. f) Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte em uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Empréstimos e financiamentos 450.603
Caixa e equivalentes de caixa (312.578)
Divida Líquida 138.028
Patrimônio Líquido 341.766
Patrimônio Líquido e divida líquida 479.794

20. Eventos subsequentes – Em 15 de fevereiro, término da fase 1-A, a GRU realizou a transferência dos empregados da Infraero que foram convidados durante o processo de transição e que por sua vez aceitaram as propostas da Concessionária. Os empregados transferidos têm garantia de emprego pelo período de cinco anos; condições de contrato de trabalho no mínimo equivalentes às praticadas pela Infraero; e manutenção da vinculação ao INFRAPREV- Instituto Infraero de Segurança Social.

A Administração
Contador
Leandro Ferreira Gonçalves – CRC 1R1 – 105435/O-5 “S” SP

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da **Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.** – Guarulhos-SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 25 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2012, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 25 de abril a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 25 de abril a 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase: Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. – GRUPAR, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às

demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em virtude desse assunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de 25 de abril a 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC – ZSP 015.199/0-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador
CRC – 1R1 090.174/0-4-S-SP